

Teoria econômica de mercado

Eleutério F. S. Prado¹

Para ter uma visão de conjunto do saber econômico contemporâneo e de como ele vem sendo desenvolvido na prática é preciso formular uma metáfora espacial. É preciso criar mentalmente um mapa formado por continentes e por ilhas. Na verdade, um mapa bem representativo se apresenta com um único continente, bem grande, cercado por muitas pequenas ilhas – algumas bem diminutas, mas outras já têm um tamanho apreciável; algumas estão bem próximas, mas outras se encontram distantes da terra principal. O continente representa o pensamento ortodoxo e as ilhas (que, às vezes, formam pequenos arquipélagos) representam as diversas correntes de pensamento heterodoxo. Por sua vez, as superfícies cobertas de águas representam, nesse mapa, a separação – e assim o distanciamento – entre as diferentes áreas de pensamento econômico.

O que caracteriza atualmente o pensamento ortodoxo não é tanto o conteúdo teórico, mas vem a ser, principalmente, o modo de fazer teoria e de apresentar os resultados teóricos. Não, não é o fundamento neoclássico aquilo que em primeiro lugar diferencia o continente das ilhas. O que demarca o território principal no mapa do saber econômico é centralmente o método de construção de argumentos.

No interior do continente, qualquer trabalho teórico que deseje ser considerado como pertencente ao campo da Economia tem de se apresentar por meio de modelos formais. Eis que aí, se uma proposição sobre o sistema econômico não se configurar por meio de um modelo matemático ou estatístico, ela não é considerada como parte da Economia. É, pois, principalmente o formalismo que caracteriza atualmente o pensamento ortodoxo no campo do saber econômico. Entretanto, como esse formalismo tem se nutrido de modo importante da noção de equilíbrio – e da noção de otimização –, é evidente que a teorização neoclássica ou assemelhada tem também certo papel na caracterização do continente, que é ortodoxo por excelência.

O continente é bem grande e as ilhas, mesmo se tomadas como um todo, não tem um tamanho muito expressivo frente a ele. Entretanto, de modo algum se pode dizer ou pensar que elas formam um todo homogêneo. Ao contrário, elas estão dispersas em torno do continente, encontrando-se bastante isoladas entre si. O que caracteriza as ilhas enquanto tais são tanto os conteúdos aí professados quanto as preferências metodológicas. Elas se diferenciam entre si, pois, seja abordagem teórica seja pelo método de enfrentar as questões econômicas. Mas ao se procurar aquilo que distingue o conjunto das ilhas do continente, deve-se notar que nelas, em geral, não se adota nunca o formalismo como um ideal regulatório da teoria e não se venera os argumentos econométricos.

¹ Professor da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Sítio: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

As ilhas – assim como certos arquipélagos –, as quais abrigam as correntes heterodoxas de pensamento econômico, não são nem grandes nem populosas. Encontram-se aí muito menos economistas teóricos e aplicados do que no continente. Para dar um número, parece razoável estimar que, talvez, mais de 90 por cento da população de economistas do mundo seja ortodoxa. É também extremamente difundido entre os estudantes dessa área o anseio para vir ser aceito como ortodoxo e, portanto, respeitável, no campo da Economia.

Curiosamente, a proporção de economistas brasileiros no contingente heterodoxo é bem expressiva – é certamente uma das mais expressivas do mundo. É certamente mais expressiva do que a proporção de economistas norte-americanos. E este é um fato excepcional porque os Estados Unidos, em números absolutos, têm certamente mais economistas do que qualquer outro país do mundo. Ocorre que a dominância da ortodoxia é avassaladora nesse país dominado pelo pragmatismo.

Não se deve esperar que exista perfeita homogeneidade de pensamento tanto no continente quanto nas ilhas. De qualquer modo, o que responde pela homogeneidade de pensamento no campo da Economia Política vem a ser o continente. E o que responde pela heterogeneidade são os modos de pensar nas diversas ilhas. Na verdade, essas últimas são responsáveis por sustentar um grau razoável de diversidade de reflexão no campo da Economia Política contemporânea. Nelas se abrigam diversas tendências teóricas que se caracterizam por defender idéias muito diferenciadas entre si. Entre as correntes mais notórias se encontram os keynesianos, os marxistas, os austriacos, os neo-ricardianos, os regulacionistas, os institucionalistas, etc.

Uma característica importante do modo de desenvolvimento do conhecimento econômico contemporâneo vem a ser o baixo nível do debate teórico. Note-se, de início, que certa diversidade de idéias não é uma novidade na história do pensamento econômico. É só abrir livros como *Teorias da mais-valia* de Marx, *História das teorias dos juros e do capital* de Böhm-Bawerk ou *História da análise econômica* de Schumpeter, para verificar a variedade e a dessemelhança das teses defendidas pelos economistas de todos os tempos. A existência de opiniões divergentes e contrárias, pois, não é algo novo em Economia Política. O que é propriamente uma novidade no panorama desse saber é o reduzido grau de interação crítica entre as diversas correntes de pensamento econômico. O debate de idéias entre as tendências divergentes e contrárias é muito baixo, podendo mesmo dizer-se que é baixíssimo ou praticamente nulo.

A inexistência de debate entre as diversas correntes não significa, porém, a inexistência de competição. Ao contrário, a competição é muito acirrada.

É certo, por exemplo, que as correntes heterodoxas procuram se definir também pela oposição à corrente ortodoxa. E, por isso, não se cansam de lhe dirigir críticas. São notórias aquelas que visam os princípios fundantes da teoria *grosso modo* chamada de neoclássica, nas esferas da microeconomia e da macroeconomia. Entretanto, essas críticas não são geralmente escutadas; porém, mesmo quando são ouvidas, soam como um ruído de fundo algo confuso para os ouvidos ortodoxos. De qualquer modo, elas não costumam ser respondidas. E isto acontece, em parte, porque as críticas não são formuladas segundo os métodos formalistas empregados pelas correntes ortodoxas. E, sendo assim, podem ser desprezadas como “coisa sem sentido” ou mesmo como um

“blá-blá-blá” que, para elas, estritamente, está fora do campo da Economia. Mas, em parte também, porque esta vem a ser uma estratégia implícita da corrente dominante para continuar dominando.

Ademais, a concorrência no campo da Economia Política contemporânea não se dá no plano da coerência do conhecimento científico, de sua perspicácia empírica, de sua capacidade de fornecer uma melhor compreensão do sistema econômico, mas simplesmente no plano da dominação das consciências e do modo de pensar. Por exemplo, o que caracteriza os cursos de graduação, e mesmo os de pós-graduação, ao redor do mundo, é antes o treinamento em certas teorias e práticas de investigação do que a capacitação para pensar profunda e criticamente sobre as questões econômicas.

De qualquer modo, não só a interação entre o continente e as ilhas é muito baixa, mas também é muito baixa a interação entre as próprias ilhas. De modo geral, as diferentes correntes econômicas não discutem entre si e se mantêm em relativo isolamento, cuidando dos problemas teóricos e empíricos engendrados em seu próprio seio. O autismo vem a ser, pois, uma característica importante não só das correntes ortodoxas, mas também das correntes heterodoxas, com a possível exceção dos marxismos que se definem principalmente pela posição crítica diante do sistema econômico e das correntes que o explanam cientificamente. Mas se deve registrar também que há um marxismo dogmático que se aferra aos esquemas rígidos de pensamento e não ao método crítico de abordar todas as questões, inerente à dialética de Marx.

Ora, esta é uma situação que requer explicação porque, como mostram aquelas próprias obras acima mencionadas, o confronto de idéias, ou seja, o debate de teses contrárias já foi bem mais vivo em Economia Política. Ademais, o confronto de posições contraditórias por meio da discussão racional vem a ser uma característica da chamada civilização ocidental, a qual se mostrou bem marcante desde o início, por exemplo, nos famosos diálogos socráticos promovidos por Platão. Eu gostaria de tentar aqui dar uma explicação para esse fenômeno contemporâneo, mas o farei apenas depois de comentar o desempenho recente das correntes ortodoxas na compreensão da recente crise econômica mundial.

Antes disso, porém, eu gostaria de completar a descrição do modo de desenvolvimento pensamento econômico contemporâneo, o qual foi acima esboçado. Para entendê-lo melhor, é crucial mencionar o quadro institucional dentro do qual ele está sendo constrangido a se desenvolver. Até aproximadamente a II Guerra Mundial, o pensamento econômico evolui segundo lógicas próprias internas às teorias, autonomamente, mantendo sempre o propósito de interpretar e compreender o desenvolvimento histórico – ou seja, o crescimento, as crises, as relações internacionais, as lutas sociais, etc. Depois da II Guerra Mundial, entretanto, ele passou a ser submetido a uma lógica sistemática que visa controlá-lo com a finalidade precípua de colocá-lo a serviço – expressando de uma forma melíflua o fim a que supostamente deve servir – do processo de desenvolvimento econômico.

Que lógica sistemática é esta? Notando que se trata de uma forma de coerção institucional criada propositalmente, deve-se lembrar em primeiro lugar que ela foi criada para controlar não apenas a produção científica na área da Economia Política. O seu âmbito de atuação é geral, pois abrange tanto as ciências da natureza quanto as

ciências do homem. Os efeitos dessa lógica, porém, foram e tem sido especialmente deletérios nas áreas de ciências sociais e humanas, em particular, na área de Economia Política.

Trata-se de um sistema de coerção que procura imitar a lógica do processo mercantil e que, portanto, não opera centralizadamente e de modo despótico, mas atua de forma descentralizada e por meio de uma forma de cooptação difícil de resistir. Ora, mesmo não atuando segundo uma lógica direta de comando, de imposição e de dominação, esse sistema não deixa de ser totalitário. Usualmente, ele tem sido chamado de sistema produtivista e a lógica que o preside tem sido chamada de lógica produtivista. Ele está constituído como um sistema permanente de avaliação predominantemente quantitativa, baseada em hierarquizações de centros de pesquisa, de revistas, de congressos, de editoras, etc.

Esse sistema de avaliação como um todo procura imitar o processo de mercado. Encontra-se instituído como um processo descentralizado fundado em notas, pareceres, revisões, etc., os quais são atribuídos ou feitos de um modo supostamente impessoal e cego. Figura assim como algo que emerge espontaneamente, mas vem a ser ao fim e ao cabo algo que reproduz simplesmente o existente. Assim, o trabalho científico deixa ser apreciado diretamente por seu conteúdo e por sua qualidade científica no confronto discursivo e passa a ser avaliado pela capacidade de se posicionar nas hierarquias criadas no interior do próprio sistema. Ou seja, o trabalho científico perde a sua autonomia, mesmo se esta era relativa e incompleta, e se torna mera função reprodutora do sistema.

As consequências previsíveis desse processo têm se manifestado e elas têm ficado visíveis tanto no interior dos centros científicos quanto para o grande público em geral: publicação de artigos insuficientemente desenvolvidos, crescimento extraordinário de artigos com conteúdo irrelevante e que privilegiam a forma de apresentação, multiplicação milagrosa de artigos que expõe a mesma idéia central, compadrio na autoria dos textos e nas citações, além de fraudes de todos os tipos (falsificação de dados, invenção de resultados, apropriação de idéias alheias, plágio, compra e venda de trabalhos, violação de direitos autorais, terceirização de tarefas, falsificação de títulos etc.).

Uma das consequências da submissão da produção científica a esse sistema produtivista tem sido o autismo ou, o que é o mesmo, o abafamento da atividade crítica recíproca. Pois, passa a ser mais importante para os pesquisadores formar e sustentar certos nichos de pesquisa do que contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico em geral. No contexto produtivista, discutir as pesquisas e os trabalhos dos “outros” figura freqüentemente como pura perda de tempo. A luta na esfera do pensamento é assim enxergada como gasto inútil de energia intelectual. Todo o esforço deve ser dirigido para incrementar a publicação e, para tanto, vale mais cooperar restritivamente num determinado círculo de iniciados. Como bem se sabe, a divisão social do trabalho aumenta a chamada produtividade parcelando o próprio homem tanto na esfera do trabalho manual quanto intelectual.

Deve-se notar que, por razões óbvias, esse sistema não só é bem aceito entre os economistas, mas é mesmo desejado com extraordinário entusiasmo por muitos profissionais dessa área. Como se sabe, não só os economistas ortodoxos, mas também

muitas correntes heterodoxas, são amantes do mercado e dos funcionamentos mercantis, mesmo se eles se caracterizam por serem fontes de heteronomia e alienação. Marx, como também se sabe – e isto precisa ser aqui lembrado –, caracterizou o sistema mercantil como um modo de produção guiado por um sujeito automático, por um sujeito que domina, ou seja, pelo sujeito capital, vendo nele um sistema de liberdade meramente aparente e, portanto, de negação da liberdade.

Em minha exposição, chegou agora o momento de tratar de um evento recente na história do pensamento econômico que lança enorme luz – vou me referir à coisa com a máxima ironia –, sobre a excelsa qualidade de certa parte da produção econômica recente. O foco da inquirição vai recair sobre a produção intelectual daqueles que sempre se sentiram muito confortáveis na lógica sistêmica acima referida. E que sempre se acharam vencedores num espaço acadêmico que deixara já se ser um fórum e passara a ser um mercado – ou melhor, uma imitação propositada de mercado.

Philip Mirowski, em uma conferência recente na América do Norte (junho de 2010), teceu comentários sobre o desempenho altamente equivocado dos economistas ortodoxos na explicação, na previsão e na análise da primeira grande crise econômica do século XXI. Para acentuar certo sentimento enrustido, mas mal ocultado, de humilhação e de vergonha que se espalhara na poderosa seita dos economistas que argumentam matematicamente, deu-lhe o título mordaz de *A grande mortificação (The hedgehog review, 2010, vol. 12 (2))*. Com base num texto ouriçado, tratou uma vez mais, com ferina ironia, da pretensão de altíssima científicidade desses refinados analíticos que não se sentem mais como legítimos herdeiros da ciência inquieta e polêmica do velho Adam Smith.

A sua crítica, que aponta para uma situação vexatória, começa assim:

“Os economistas não tem se comportado com muita dignidade nos últimos tempos. Bem espertos usualmente para descobrir e para apontar irracionais nos adversários, nos últimos tempos tiveram, com distinta relutância, de reconhecer uma pandemia [de irracionais] se alastrando no seu próprio território. Refiro-me aqui à falácia descontrolada difundida pelos próprios economistas em virtude de numerosos embargos teóricos que enfrentaram em consequência do início da crise econômica mundial” (Mirowski, 2010, p. 28).

Na explicação do fiasco, porém, o seu diagnóstico não chegou ao fundo, pois se limitou a constatar que “isto é o que acontece quando a história e a filosofia” são banidas da formação intelectual dos economistas. No plano da descrição, a constatação se mostrou precisa: foi isto mesmo o que se observou nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação da área de Economia. Assim, ele apontou corretamente que a primazia quase absoluta dada às linguagens matemáticas na constituição do pensamento econômico corrente revelou-se como causa do grande fracasso, ou seja, da dolorosa incapacidade do pensamento ortodoxo de compreender a crise econômica. Pois, as crises não se apresentam nunca como meras regularidades fenomênicas, mas sim como rupturas no curso normal dos acontecimentos.

Nesse sentido, ele apontou para o verdadeiro vilão: nos últimos anos – mencionou em seu texto – “ocorreu uma lavagem cerebral, pura e simples, levada a efeito sob a bandeira do rigor”. Ele percebeu, assim, que a racionalidade demonstrativa

subsumira a racionalidade dialógica e argumentativa num campo do conhecimento em que as permanências e as mudanças não podem ser apreendidas como mecânicas, mas tem necessariamente de ser apreendidas como orgânicas, sociais e históricas. Ora, essa percepção, ainda que correta, não se mostrou suficiente para chegar à raiz do problema. Mirowski não se perguntou pelas razões históricas e sociais que levaram o ensino, a pesquisa e o pensamento nesse campo das ciências sociais por esse caminho tão desértico. Ademais, era preciso perguntar, também, por que no campo da Economia Política transformada em Economia ou “*Economics*” o mercado engolira o fórum?

Perguntar pelas razões históricas e sociais da contemporânea matematização da ciência econômica não vem a ser, porém, simplesmente, buscar explicações no campo da sociologia da ciência ou da sociologia do poder. Consiste, isto sim, em endereçar outro tipo de questionamento. E este se delineia quando se pergunta por que, na mão dos economistas, a matemática deixou de ser apenas o instrumento privilegiado da razão dominadora de mundo para se tornar um critério de legitimidade da própria ciência econômica. Note-se que se o problema dessa ciência tivesse sido apenas construir um saber instrumental eficiente, então, as formulações matemáticas teriam permanecido subordinadas ao saber conceitual. Os modelos matemáticos teriam se configurado como meros instrumentos de uma razão manipuladora que se prezaria sobretudo como inteligência do mundo. Os resultados obtidos no desenvolvimento de tal ciência manipuladora valeriam ainda pelo conteúdo e não pela forma. Mas não é isto o que aconteceu nas últimas décadas do século XX.

Eis aí, portanto, um fato social e histórico exemplar que requer explicação: encontrar a razão pela qual, em algum momento do pós-guerra, a forma de apresentação teórica passou a dominar o conteúdo explanatório nesse campo do conhecimento. Por que, afinal, a racionalidade instrumental se tornou, primeiro, racionalidade fictícia para vir a ser, depois, racionalidade fracassada?

Ora, uma boa hipótese é supor que esse próprio saber enquanto tal, movido pela obrigação de competir num ambiente organizado sistematicamente como uma imitação de mercado, teve ele mesmo de assumir a forma de mercadoria. Mas não de mercadoria tradicional cujo valor de uso se assenta sobre as propriedades reais daquilo que vai ser posto a venda, mas de mercadoria cujo valor de uso é imagético e imaginário – valor de uso criado pura e simplesmente por golpes de propaganda e de marketing. Nas últimas décadas, a matemática não foi usada em Economia como mero instrumento para a apreensão dos funcionamentos relevantes do sistema econômico, não foi empregada como meio de expressão da razão instrumental que quer controlar o mundo, mas se tornou veículo de uma idéia falsa de cientificidade.

Nessa concepção falsa de científicidade – repito enfaticamente – só se considera como pertencente ao saber científico aquilo se expressa por meio de modelos matemáticos e estatísticos, de preferência bem sofisticados, pouco importa a relevância social e histórica do conteúdo. Em consequência, todo o saber possível que se apresenta na forma discursiva, que emprega a linguagem natural, que se vale da memória inerente ao mundo da vida, é tratado com desprezo e desqualificado como mera falação vaga, confusa e pouco rigorosa. Essa concepção de ciência é evidentemente absurda, mas é preciso ter clareza que tem sido amplamente vitoriosa no mercado acadêmico – um mercado – e isto precisa ser dito – que vem a ser reproduzido constantemente pelas ações dos próprios economistas. Será que se pode refletir sobre o caso por meio da

fórmula “eles não o sabem, mas o fazem” ou será que é preciso admitir que “eles o sabem perfeitamente, mas o fazem assim mesmo”? Trata-se de um caso de alienação ou de puro cinismo?

Ora, esta imitação de mercado foi criada propositadamente, não emergiu espontaneamente no curso da história. A transformação da produção científica em algo que tem a forma de mercadoria foiposta intencionalmente por meio da criação de todo um sistema de avaliação centrado na quantificação. Com essa invenção institucional se importou para a esfera da academia na sociedade atual – que nunca foi santa, mas que permitia e respeitava em certa medida o trabalho sério – não apenas a forma mercadoria, mas também o fetiche da mercadoria. Na esfera do saber econômico, a matemática e a estatística, que são saberes reais em si mesmos, se tornaram suportes de saberes irreais que se afirmam por meio da forma e não pelo conteúdo.

Ora, aqui é forçoso lembrar Debord: eis que a produção acadêmica se transformou em produção de espetáculo. E por espetáculo ele entendida não meramente uma acumulação de imagens, mas a sociabilidade que se tece por meio de relações sociais de imagens. Ora, o valor de uso que a propaganda e o marketing recriam, formulando imagens e explorando o imaginário das pessoas, pode ainda ser efetivo. E muitas vezes têm de sê-lo. Porém, no campo ideológico a própria efetividade pode ser escamoteada. É o que acontece (pelo menos em parte) – penso – na esfera disto que chamam de Economia. Assim, o espetáculo ascendente no campo desse saber não é pois, simplesmente, a produção de pretensos saberes, mas uma trama de relações sociais entre pretensos saberes.